



REIFICAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: ARMADILHAS DO CAPITAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL

Reifications of the “social question”: capital’s traps in times of structural crisis

Maiara Lopes da Silva*



RESUMO

O estudo de revisão crítica ora apresentado toma como objeto de investigação a “questão social”, e, no seu interior, aponta como objetivo problematizar suas reificações, frente ao contexto de crise estrutural do sistema sociometabólico do capital, indicando, ligeiramente, como tal processo de mistificação alcança o Serviço Social e deve ser pela profissão enfrentado. A análise está fundamentada no arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético imanente ao pensamento de Marx e configura-se como uma pesquisa bibliográfica, cuja fundamentação dá-se pelas contribuições de estudiosos selecionados, listados ao longo do debate. Assim, o trabalho estrutura-se em quatro seções, além das conclusões: na primeira, justifica-se a escolha pelo método em Marx, tendo por base a sua afinidade com relação às análises críticas da “questão social”; na segunda, contornam-se as noções brasileira e francesa acerca da categoria “questão social”; na terceira, trata-se das novas configurações assumidas pelo capital em tempos de crise estrutural, enquanto panorama de fundo da “questão social”; na quarta, discute-se a “questão social” na sociedade capitalista contemporânea e suas particularidades no Brasil, versando, por conseguinte, sobre o enfrentamento da “questão social” na contemporaneidade e as perigosas armadilhas reificadoras que prometem sua resolução, relacionando-se isto à atuação do Serviço Social; e, por último, são apresentadas as considerações finais, que põem em relevo a premência do assistente social ter o domínio histórico, teórico, metodológico, técnico e ético a respeito da “questão social”; pois, do contrário, corre o risco de enviesar o seu “fazer profissional”.

* Assistente Social. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora na Faculdade Cearense (FC, Fortaleza, Brasil). Av. João Pessoa 3884, Damas, CEP.: 60425-680, Fortaleza, Ceará. E-mail: <maiaraservicosocial@hotmail.com>.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Sistema de sociometabolismo. Crise estrutural do capital. Reificação. Serviço Social.

ABSTRACT

The critical review study here presented takes as object of investigation the “social question”, and, in its interior, aims to problematize its reifications, before the structural crisis context of the capital’s socio-metabolic system, indicating, slightly, how such a process of mystification reaches Social Services and must be addressed by the profession. This analysis is substantiated by the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism immanent to Marx’s thought and is set as a bibliographical research, whose rationale is given by the contributions of a few selected scholars, mentioned throughout the debate. Thus, the work is structured in four sections, besides the conclusions: First, the choice of method in Marx is justified, due to its affinity with the critical analyzes of the “social question”; Secondly, the Brazilian and French notions about the “social question” category are circumvented; Thirdly, the capital’s assumed new configurations in times of structural crisis are covered, as a background to the “social question”; Fourthly, we discuss the “social question” in contemporary capitalist societies and its particularities in Brazil, dealing, therefore, with the confrontation of the “social question” in current times and the dangerous reifying snares that promise its resolution, relating this to the performance of Social Service; Finally, we present the final considerations, which emphasize the urgency of the social worker to have a historical, theoretical, methodological, technical and ethical domain regarding the “social question”; Otherwise, he runs the risk of biasing his “professional doing”.

KEYWORDS

Social Question. System of socio-metabolism. Structural crisis of capital. Reification. Social Service.

Submetido em: 10/8/2017

Aceito em: 15/10/2017

INTRODUÇÃO**O MÉTODO EM MARX E SUA AFINIDADE COM A ANÁLISE CRÍTICA DA “QUESTÃO SOCIAL”: BREVES INDICAÇÕES METODOLÓGICAS**

Antes de qualquer coisa, é inexorável frisar que Marx nada sistematizou e intitulou formalmente como seu método¹. Mas aqueles que interpretam o seu legado afirmam que os

¹ Conforme assinala Tonet (2013, p. 70, grifo do autor), “Marx não escreveu nenhuma obra específica sobre a problemática do método científico. Há, apenas, de modo direto, referências esparsas à questão do método, especialmente nos Manuscritos econômico-filosóficos, em A sagrada Família, na Miséria da Filosofia, em A ideologia alemã, em O Capital e no Posfácio à 2 edição alemã de O Capital. Além disso, também temos as famosas páginas sobre O método da economia política encontradas tanto nos Grundrisse como na Introdução geral à crítica da economia política, de 1857.”

pressupostos da teoria marxiana, assentados numa concepção de mundo radicalmente nova², fundadores de uma nova ontologia – a *ontologia do ser social*, recuperada pelo pensador húngaro Gyorgy Lukács (2012; 2013) –, articuladores entre filosofia e ciência, possibilitam uma forma inédita de conhecer a realidade social, a partir da acomodação de alguns aspectos fundamentais da realidade concreta, quais sejam, “[...] as totalidades, os valores universais, a razão, o próprio conhecimento objetivo, as grandes narrativas históricas, os fundamentos materiais do ser social e a possibilidade de emancipação humana” (COSTA, 2010, p. 19).

Desse modo, no tocante ao conflito entre as classes, sob uma ótica materialista³, histórica e dialética, Marx assevera que a classe que produz a riqueza material e que, ao mesmo tempo, é fito de exploração do capital, possui a tarefa histórica de suplantará tal sistema, sob pena de continuar a viver de forma miserável, perecendo aos milhares cotidianamente. “Para isso, porém, ela [a classe trabalhadora] demanda uma explicação acerca da origem do ser social, da natureza do processo histórico e da desigualdade social” (TONET, 2013, p. 67). E é, provavelmente, assim, unindo força social e conhecimento, que o proletariado pode, ao mesmo tempo, capturar a realidade tal como ela é e nela intervir, modificando drasticamente a sua existência e a das próximas gerações, (re)inaugurando no mundo dos homens uma vida livre da “questão social”.

No que toca à locução “questão social”, considera-se acertado explicar que a mesma não pertence exclusivamente à profissão do Serviço Social, mas que sendo seu objeto de pesquisa e de intervenção, lhe é

2 Nas palavras de Tonet (2013), por uma concepção de mundo radical, característica ao pensamento marxiano, entenda-se “[...] uma compreensão de qualquer fenômeno social que tenha como ponto de partida ou pressuposto a raiz da realidade social, vale dizer, as relações que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à sua existência. Isso implica a compreensão do processo histórico e social, com todas as suas mediações, que resultou naquele determinado fenômeno. Constatar o caráter histórico e social de todos os fenômenos sociais significa, por sua vez, fundamentar a possibilidade de uma transformação também radical do mundo” (TONET, 2013, p. 66).

3 A despeito de uma concepção materialista da história, Martinelli (2010) explica que essa lente pela qual alguns optam para ler a realidade, coloca-se como “[...] uma autêntica e real superação, [porque] preocupa-se menos com a periodização e mais com o fundamento explicativo das transformações que se processam na sociedade. Tomando por referência o modo pelo qual a produção material é realizada, uma vez que considera que este é determinante da organização política e do quadro institucional da sociedade, a concepção materialista vai procurar desvendar em cada modo de produção a história que lhe é inerente e as suas contradições internas” (MARTINELLI, 2010, p. 53).

tão cara, e por isso merece maior dedicação dos aludidos profissionais no seu desvendamento, tanto de natureza teórica como empírica.

Destarte, para se compreender a sociedade de classes e assim erigir o conceito de “questão social” é ilustrativo como a teoria de Marx fornece-lhe os substratos teóricos, metodológicos e políticos, muito embora sejam necessárias algumas ressalvas, como o fato de que, em primeiro lugar, a expressão “questão social” não chega a ser conhecida pelo pensador alemão; e, em segundo lugar, foi fundada em princípios conservadores, os quais encontram-se sucintamente explicitados mais adiante. Todavia, tal termo acabou sendo apropriado por intérpretes marxistas – a citar como exemplos contemporâneos, José Paulo Netto, Ana Elizabete Mota, Marilda Iamamoto, Carlos Montaña, Alejandra Pastorini, e muitos outros – e hoje a ela é atribuído um sentido crítico e radicalmente oposto a sua gênese, de modo que o pensamento marxiano tornou-se imprescindível àqueles que interrogam e agem sobre a “questão social” – como são exemplos os assistentes sociais.

Assim sendo, reforçamos que o texto em curso se ocupa da temática “questão social” na qualidade de uma expressão polêmica, de natureza caleidoscópica, cujas definições são diversas, recentes e controversas, que termina por ocasionar desdobramentos materiais e ideológicos nas relações sociais dignos de apreciação analítica.

Em última instância, advertimos que o percurso metodológico da investigação ora manifesta segue por uma abordagem ontológica imanente ao pensamento autêntico de Marx – para uso dos termos de Lukács –, o qual não se resume à trivialidade de um método, mas se traduz, ao fim e ao cabo, numa perspectiva de classe; logo, admite a impossibilidade de qualquer rastro de neutralidade, propondo-se ao debate da objetivação de uma nova sociabilidade humana, inteiramente livre e socialmente justa.

A CATEGORIA “QUESTÃO SOCIAL”: NOÇÕES BRASILEIRA E FRANCESA EM CONTORNO

Ao examinar a categoria conceitual “questão social”, considera-se prioritário apresentar, pelo menos, uma das concepções brasileiras hegemônicas que versam a respeito do assunto, e Iamamoto e Carvalho (2011) o fazem de maneira simples e objetiva, sendo, portanto, a definição apontada por eles como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 77).

Tal acepção é muito semelhante à de outros autores do Serviço Social brasileiro, nomeados linhas atrás, os quais, não por acaso, têm em comum a escolha teórico-política marxista.

Outrossim, julga-se indispensável e oportuno esclarecer que pesquisar sobre a “questão social”, sobretudo na presente conjuntura, não é algo que ocorre fortuitamente. Há nisso uma relevância social expressa, sobretudo, através do posicionamento classista que o presente texto reclama em tempos de regressão de direitos; como também há uma relevância profissional para o Serviço Social, visto que é a “questão social” que, *grosso modo*, lhe confere concretude, mediante a manipulação de suas variáveis empíricas, logo, merecendo a tessitura de densas interpelações críticas.

Também vale informar que o termo “questão social” está sendo grafado entre aspas – inclusive, em conformidade com alguns estudiosos do campo do Serviço Social, como José Paulo Netto, Carlos Montañó, Josiane Soares Santos, além de outros – traduzindo certa cautela na utilização da expressão, devido a sua gênese tradicional-conservadora⁴.

4 Conforme esclarece Montañó (2012, p. 271-272), historicamente falando, “[...] a expressão ‘questão social’ começa a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e o social, dissociando as questões tipicamente econômicas das ‘questões sociais’ [...]. Assim, o ‘social’ pode ser visto como ‘fato social’, como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais. Assim, se o problema social (a ‘questão social’) não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema. [...] Começa-se a se pensar então a ‘questão social’, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A ‘questão social’, portanto, passa a ser concebida como ‘questões’ isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. A partir de tal pensamento, as causas da miséria e da pobreza [entre outras expressões da “questão social”] estariam vinculadas (nessa perspectiva) a pelo menos três tipos de fatores, sempre vincula-dos ao indivíduo que padece tal situação.

Ademais, conforme esclarece Santos (2012), o termo não é algo concreto, já que não existe em si mesmo, manifestando-se no complexo social apenas nas suas mais variadas expressões cotidianas.

Nesse horizonte, é possível afirmar que quando o assunto é “questão social”, a real problemática que se proclama é traduzida na definição de seu conteúdo, devido a sua pluricausalidade⁵ e as suas multifacetadas refrações na rotina da vida. Ou seja, conforme resume Pastorini (2010), efetivamente, a basilar controvérsia do tema em debate radica na carga semântica contida na imprecisa terminologia “questão social”.

No que toca o atual viés crítico da expressão “questão social”, os subsídios da teoria de Marx a embasam, visto que a ela pertence, nos seus fundamentos ontológicos, a *lei geral da acumulação do capital*⁶, radicando, pois, no seu cerne, a exploração de uma

Primeiramente [...] no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis ‘naturais’ do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, [...] um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, [...] visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.). Surgem com isso as bases para o desenvolvimento de concepções, como a da “cultura da pobreza”, onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo. Assim, o tratamento das chamadas ‘questões sociais’ passa a ser segmentado (separado por tipo de problemas, por grupo populacional, por território), filantrópico (orientado segundo os valores da filantropia burguesa), moralizador (procurando alterar os aspectos morais do indivíduo) e comportamental (considerando a pobreza e as [demais] manifestações da ‘questão social’ como um problema que se expressa em comportamentos, a solução passa por alterar tais comportamentos) [...]. Ainda sobre a concepção tradicional-conservadora de “questão social”, em sentido laico ou confessional, pois para Montaña ambos são complementares prática e politicamente, o mesmo autor afirma que, em primeiro lugar, “a. A ‘questão social’ é separada dos seus fundamentos econômicos (a contradição capital/trabalho, baseada na relação de exploração do trabalho pelo capital, que encontra na indústria moderna seu ápice) e políticos (as lutas de classes). É considerada a ‘questão social’ durkheimianamente como problemas sociais, cujas causas estariam vinculadas a questões culturais, morais e comportamentais dos próprios indivíduos que os padecem.” [...] E por último, “O enfrentamento [...] sempre remete à consideração de que as causas da ‘questão social’ [...] encontram-se no próprio indivíduo, e a uma intervenção psicologizante, moralizadora e contenedora desses indivíduos. Trata-se das manifestações da ‘questão social’ no espaço de quem os padece, no interior dos limites do indivíduo, e não como questão do sistema social” (MONTAÑO, 2012, p. 271-272, grifos do autor).

5 Segundo a perita examinação de Netto (2013, p. 7, grifo do autor), “A análise de conjunto que Marx oferece n’O capital revela, luminosamente, que a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicasualidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos e culturais. Contudo, sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas implicações político-econômicas, sociais e humanas (inclusive o que se designa por ‘questão social’) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.”

6 Observa Marx (2011) que o processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital

classe sobre a outra. Nesse sentido, a “questão social” revela-se através do conflito existente entre capital/trabalho, cuja história é atravessada, em parte, pela usura e avareza da classe patronal, e, noutra parte, pela luta contínua e desigual dos não-proprietários dos meios de produção, os quais, ora exprimem tamanha desesperança e conformismo, ora exalam forte resistência contra quem, diariamente, lhes expropria os meios materiais de sobrevivência e lhes degenera a alma.

Dessa maneira, pode-se asseverar que no momento em que os trabalhadores se reconhecem como integrantes de uma mesma classe e assim se organizam, extrapolando suas graves condições de existência ao cenário político da história e acirrando as contradições entre as classes, eis o prenúncio da “questão social”. Esta que, vale ressaltar, é intrínseca ao sistema de sociometabolismo do capital – para uso dos termos de Mészáros (2011) –, enunciada no modo de produção capitalista, não existindo antes desse tipo de sociabilidade, justamente por ter como princípio fundante a *lei geral de acumulação do capital*, descortinada por Marx.

Assim sendo, sob uma ótica processual da história, é plausível afirmar que as múltiplas refrações da “questão social” são produzidas sob o influxo dos diferentes estágios do capitalismo e particulares à formação sócio-histórica de cada país e região. Neste sentido, torna-se inevitável explanar, ainda que brevemente, tendo

realiza-se historicamente sob um duplo movimento: a composição técnica e o valor do capital. Em complemento, na síntese apresentada por Iamamoto (2001, p. 14-16, grifos da autora), ante a lei geral de acumulação do capital “[...] reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias [...] [e] Em termos de composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável – empregado na força de trabalho – e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios de materiais de produção. [...] o decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. [...] Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores – via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho –, articulando os meios de extração da mais valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 14-16, grifos da autora). Desse modo, “A lei da acumulação se expressa, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital [...]. Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 15-16).

em vista as limitações deste escrito, a atual conformação do sistema capitalista, a fim de que se possa evidenciar que a “questão social” possui os mesmos elementos estruturais de quando emerge no século XIX, não obstante assuma novas configurações.

Em vista disso, à luz de uma perspectiva crítico-dialética que compreende a realidade sob o viés da totalidade, o presente texto inadmite uma “questão social” *nova* – tese francesa – sinônimo de uma *nova* pobreza composta pelos desfiliaados e “excluídos”. E, para tanto, resolve frisar a nulidade dessa teoria a partir da lúcida análise de Netto (2013):

Do ponto de vista teórico, a noção de “*nova* questão social” não apresenta uma só determinação que resista ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana; do ponto de vista sociopolítico, retrocede ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos “contratos sociais” que restabeleçam vínculos de solidariedade no marco de comunidades ilusórias – uma solidariedade naturalmente abstrata (*transclassista*) e comunidades pensadas com o inteiro apagamento dos (novos) dispositivos de exploração. De fato, inexistente qualquer *nova* “questão social” (NETTO, 2013, p. 10).

De modo a corroborar com a fala supramencionada, asseveramos que a perspectiva que indica uma *nova* “questão social” – compatível com o pensamento pós-moderno – é, em poucas palavras, a-histórica e tremendamente descabida porque, em certa medida, naturaliza as seculares desigualdades sociais sofridas pelos trabalhadores de todo o mundo, cuja contemporaneidade manifesta, inclusive, uma agudização desse processo.

Isto posto, vejamos na próxima seção desse trabalho as novas configurações que a “questão social” desdobra à sociedade contemporânea, a qual vivencia um contexto inédito de barbarização da vida humana e da natureza, dado que “[...] a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela [a ordem do capital] instaura expressões sociopolíticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2013, p. 10).

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: CONTEXTO DE AGRAVAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Nesta ocasião, faz-se de notória significância chamar atenção para as profundas transformações que vêm se processando no interior do sistema do capital desde meados do fim do século XX. E a fim de elucidar tal fato, sucede-se uma compilação de análises de alguns especialistas no assunto, cujos pontos de vista são, a rigor, complementares entre si.

Para Harvey (2011), vive-se um cenário de intensas mudanças na economia política do capitalismo, seja no trabalho, no consumo, seja nos poderes e práticas do Estado – mudanças estas, faz-se mister destacar, ocorridas de forma simultânea e articulada. Na visão de Chesnais (1996), trata-se da *mundialização do capital*, processo que, em síntese, se estrutura no seguinte tripé: reestruturação produtiva, financeirização da economia e globalização da ofensiva neoliberal.

Na compreensão de Mészáros (2011), os sobreditos elementos se configuram como estratégias de enfrentamento ao que ele designa de *crise estrutural do capital*. Tal crise trata-se, no entendimento do autor, de uma problemática que vem assolando o processo de acumulação do sistema sociometabólico do capital desde meandros da década de 1970; e que apresenta caráter estrutural, e não cíclico como outrora, uma vez que se prende à própria estrutura do sistema capitalista e não mais as suas contradições mais superficiais, sendo evidenciada acima de tudo pela queda das taxas de lucros.

Conforme explica Mészáros (2011), para administrar a crise – uma vez que em meio ao modo de produção capitalista, ela é insuperável –, o capital articula, em nível global, um processo de restauração do modelo de produção e de regulação social que tem como consequências imediatas, o desemprego crônico-estrutural; o rebaixamento dos salários; a rápida destruição/reconstrução das habilidades dos trabalhadores; o retrocesso do poder sindical; a generalizada precarização do trabalho (subcontratação, terceirização etc.); a polarização dos trabalhadores, que acaba por fetichizar a luta de classes; o desmonte da proteção social; a degradação do meio ambiente; entre outros elementos.

A novidade histórica da crise é apresentada pelo dito autor com base em quatro aspectos postos em marcha por parte do capital e do Estado capitalista, a saber: 1) em termos de produção, seu caráter é universal, ou seja, não se restringe a esferas ou ramos; 2) seu alcance é global, não se confina a um conjunto de países; 3) sua escala de tempo, ao invés de limitada e cíclica, é extensa, ou se preferir, “permanente”; 4) seu modo de se desdobrar é “rastejante”, ao avesso das erupções e dos mais espetaculares e dramáticos colapsos do passado.

Na trilha das análises meszarianas, Antunes (2009) explica que tal instabilidade caracteriza-se, fundamentalmente, como crise do processo de acumulação do capital, cujo exaurimento do padrão de produção taylorista/fordista simboliza uma de suas mais distintas expressões fenomênicas, apresentando como traços mais constitutivos da crise:

[...] a queda da taxa de lucro, dada, entre outros elementos causais, pelo aumento da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção [...]; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava [...] em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, [...] colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Welfare State [...] e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; o incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho [...] (ANTUNES, 2009, p. 29-30).

Tais fatores suscitam um intenso processo de reorganização do sistema político e ideológico de dominação do capital, tendo como contornos mais visíveis o surgimento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal; seguido de um forte processo de reestruturação da produção e do trabalho, com o claro objetivo de municiar o capital com o instrumental necessário para retomar seus patamares anteriores de crescimento (ANTUNES, 2009).

Nesse contexto, emerge um novo modelo ou padrão de acumulação do capital, chamado por Harvey (2011) de *acumulação flexível*, cujas características, embora mesquem-se a alguns traços do padrão anterior – o fordismo –, tornam-se fortes tendências no sentido de acumular riquezas a partir da redução de custos e do aumento da produtividade do trabalho, sobretudo pela intensificação da exploração dos trabalhadores e da extração imprudente dos recursos naturais.

O método predominantemente mais utilizado pelo capital nesta empreitada denomina-se toyotismo (ou modelo japonês), que traz consigo características como: intensificação do trabalho através do avanço tecnológico (automação, informatização, robótica etc.); sistema *just in time* (melhor aproveitamento do tempo de produção); produção personalizada; trabalho de equipe; multifuncionalidade do trabalhador, que opera simultaneamente várias máquinas e desempenha várias funções; sistema *kanban* (placas ou senhas de comando para reposição de peças ou estoque); estrutura horizontalizada; produção descentralizada (marcada pela “teoria em foco”, que transfere a “terceiros” parte de sua produção), entre outros atributos (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2011).

Na mesma direção, Behring e Boschetti (2008) avaliam que, no tempo presente, diante de um contexto de agravamento da “questão social”, o Estado, aliado fiel e submisso da burguesia, potencializa ao máximo sua intervenção para a reprodução do sistema vigente, tornando-se cada vez mais ausente no atendimento às demandas sociais, nelas operando sob moldes focalistas e de extrema seletividade, transformando as políticas sociais públicas desta época em uma franca administração da miséria.

Assim, diante do que está sendo exposto, pode-se perceber que a atual conjuntura, de fato, apresenta novidades. Todavia, compreendendo a história sob uma perspectiva de movimento, afirmarmos no presente texto que o capitalismo contemporâneo possui traços de continuidade e renovação, dialeticamente relacionados, logo, contraditórios e não lineares.

Pode-se aprofundar, desse modo, que a dinâmica do século XXI é bastante diferente daquela do século XIX e, conseqüentemente, o são as manifestações da “questão social”; entretanto, reitera-se que seu cerne – o conflito entre as classes – permanece vigente. E se as expressões da “questão social” se renovam, também é preciso que as respostas que visem enfrentá-las sejam repensadas, levando em consideração não somente o novo formato do capital, mas também a formação socioeconômica e histórico-política de cada continente e nação – o que enseja deslindar, na próxima seção do trabalho, as especificidades da “questão social” brasileira.

A “QUESTÃO SOCIAL” NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: PARTICULARIDADES NO BRASIL

Na sociedade brasileira, o capitalismo desenvolve-se de forma peculiar, sob moldes conservadores, numa exata consonância entre o “moderno” e o “atraso”. Tal arranjo engendra o que Cardoso de Mello (1994) aponta como *capitalismo retardatário*, cujas implicações são refletidas com afinco na correlação de forças – própria da esfera política –, na direção econômica que o país envereda, bem como no trato conferido à “questão social”.

Nesse sentido, toda a formação sócio-histórica do Brasil – que nestas poucas linhas não cabe explorar em suas minúcias – é assinalada por traços patriarcais e reacionários. Mostra-se o Brasil como uma nação que, embora alcance independência, não possui autonomia; um país concebido como provinciano, cujas relações sociais são ainda tão arcaicas que a fronteira entre os âmbitos público e privado revelam-se bastante tênues, e tem no “favor”

7 No que toca o “atraso” brasileiro, Santos (2012) caracteriza-o resumidamente pelos fundamentos coloniais que estruturam tanto as classes sociais, como as atividades econômicas do país, como ainda seu universo cultural. Além do mais, segundo a autora, a centralidade deste “atraso” consiste na concentração dos grandes latifúndios, fator que, entre outros elementos, se encontra na gênese da má distribuição de renda do Brasil

sua mediação primordial, o que afeta diretamente as políticas sociais (PRADO JUNIOR, 2004; FURTADO, 1969).

Assim, enquanto a economia mundial capitalista já se encontra constituída, o Brasil ainda é essencialmente rural (ou agrário), sendo um dos últimos países do mundo, senão o derradeiro, a abolir o modo de produção escravagista. Por conseguinte, a adesão do país ao capitalismo ocorre perante uma população massivamente empobrecida e semianalfabeta, sendo os negros os mais afetados diante do processo de “libertação” dos escravos, caracterizando uma transição democrática de feição frágil e incipiente.

Dadas as citadas heranças que particularizam o Brasil, com efeito, este é um país que hoje se insere na dinâmica do capitalismo internacional, não só de forma tardia, tendo em vista a sua pregressa e longa situação de colônia (1500-1822) – conforme historiciza Fausto (2012) –, mas sob uma condição passiva e subalterna, ocorrida sob o protagonismo de uma contrarreforma estatal. Tal contrarreforma é pautada nas diretrizes do ideário neoliberal⁸, cuja centralidade encontra-se na ação do Estado, principal agente reprodutor e legitimador da ordem vigente – o que resulta num forte impacto sobre as condições de vida da classe trabalhadora (BEHRING, 2008).

Desse modo, o contexto que se deflagra aos trabalhadores do Brasil desvela a “questão social” na forma do empobrecimento generalizado; do aumento descomunal da violência; dos altos índices de desemprego; da precarização do trabalho formal; do aumento da informalização do emprego, que acarreta a desproteção social dos trabalhadores; entre outras repercussões (HARVEY, 2011; ANTUNES, 2009).

Em ritmo análogo, de acordo com as diretrizes neoliberais, amplia-se o processo de privatização, no mesmo ensejo em que são sucateados os serviços públicos e cada vez mais escassas e restritas as políticas sociais, sendo este o panorama que

⁸ Adotar o modelo neoliberal, conforme aponta Santos (2012), é uma “[...] condição para a reintegração externa da economia brasileira que deve, para tanto, cumprir as exigências de desregulamentação e liberalização do mercado interno, de acordo com os ditames dos organismos internacionais. Essas são as condições que se colocam para que o país não fique excluído do fluxo de capitais externos, que assumem na atualidade, como se sabe, predominantemente, a forma de capitais especulativos” (SANTOS, 2012, p. 129).

conforma a sociedade capitalista brasileira, desde meandros dos anos de 1990.

Vale assinalar que todas as medidas austeras tomadas contra a classe trabalhadora deste país são legalmente legitimadas com a chancela do Estado, cujo novo intervencionismo é enxuto no que toca à administração de suas responsabilidades sociais e de máxima amplitude para a reprodução do capital, o que pode ser ilustrado, não só, mas principalmente, através da isenção de tributos e da autorizada degradação socioambiental causada, por exemplo, pelo agronegócio⁹, que, nas palavras de Stedile (2006, p. 17), “[...] destrói toda a biodiversidade, comprometendo os recursos naturais para as gerações futuras [...]”, entre outros efeitos corolários.

No âmbito social, por sua vez, o Estado brasileiro se debruça na oferta de políticas públicas de parco alcance e de cunho extremamente seletivo, numa inquestionável eleição meritocrática daqueles que comprovem ser o mais pobre entre todos os pobres, subvertendo mesmo as bandeiras mais burguesas como factualmente o são a cidadania e a democracia. Sob tal perspectiva, o próximo segmento desse estudo trata das reificações que a atuação do Estado capitalista causa quando enfrenta a “questão social” enquanto passível de ser superada simplesmente através de sua ingerência mediada pelas políticas sociais.

O ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NA CONTEMPORANEIDADE: PERIGOSAS ARMADILHAS QUE PROMETEM A RESOLUÇÃO DA LUTA DE CLASSES, E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Consoante já afirmado, no capitalismo contemporâneo as condições de sobrevivência dos trabalhadores encontram-se cada vez mais difíceis. Para Mota (2010), os crescentes índices

9 Segundo Porto-Gonçalves (2004), no que toca aos impactos sociais da degradação ambiental, “Dados recentes divulgados pela CPT [Comissão Pastoral da terra] dão conta de que os Estados brasileiros por onde se expande o agronegócio são aqueles em que é maior o número de lideranças de trabalhadores rurais assassinadas e de famílias despejadas. [...] o Mato Grosso, governado pelo maior produtor de soja do mundo, Blairo Maggi, somente no ano 2003 o equivale a 6,2% da população rural foi simplesmente despejada de suas terras ou das terras que reivindicam [...]. Nem no período colonial se conseguiu tal façanha” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 224).

de violência, de desemprego, de pobreza – por vezes, tomada equivocadamente pelos profissionais do Serviço Social como expressão máxima ou ainda sinônimo absoluto da “questão social” –, entre outras múltiplas expressões da proposital desigualdade social, demonstram que a restauração do sistema de sociometabolismo em vigor, orquestrada pela ofensiva neoliberal, acaba por pulverizar os meios de atendimento às necessidades sociais da humanidade; o que tende a se agravar nas regiões mais pauperizadas do planeta, conforme alarmam os seguintes dados:

A América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], 5% da população recebem 25% do total [da renda]. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Mais ainda, apesar de ter um PIB *per capita* intermediário, a América Latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta (ESTENSSORO, 2003, p. 119).

Neste sentido, como medida de controle das massas, o Estado é obrigado a intervir sobre a “questão social”, ainda que minimamente, concedendo os mínimos sociais à população que comprove sobreviver em situação de absoluta miserabilidade, num genuíno resgate às condicionalidades da aviltante *Lei dos Pobres*¹⁰. Este pragmático tratamento conferido à “questão social” resvala diretamente sobre o Serviço Social – profissão que

¹⁰ Faz-se oportuno lembrar que, de acordo com Martinelli (2010), a Lei dos Pobres, com seus resquícios medievais, declara indigente e retira o direito de cidadania econômica daqueles atendidos pelo sistema de assistência pública. Desse modo, “[...] promulgada em 1597, era ainda mais rigorosa, determinando que todos os atendidos pelo sistema de assistência pública vivessem confinados em locais tão-somente a eles destinados. Nesses locais, denominados Casa de Correção, pois a pobreza era considerada geneticamente um problema de caráter, eram obrigados a realizar todo tipo de trabalho independentemente de salário, uma vez que o atendimento pela Lei dos Pobres implicava a destruição da cidadania econômica. Sem nenhum domínio sobre sua própria vida, podiam inclusive ser cedidos, independentemente de ônus para os cofres públicos, para suprir transitatoriamente a escassez de mão-de-obra em momentos em que atingisse níveis paroxísticos. Revelando o caráter utilitarista de sua relação com o trabalhador, os donos do capital vão pressionar o Estado para revogar aqueles dispositivos que impediam a expansão de seu capital, porém mantendo inalterados aqueles que os beneficiavam [...]” (MARTINELLI, 2010, p. 33).

tem nesta *pedra angular* o seu objeto de intervenção e que, por conseguinte, atua convencionalmente na formulação/execução das políticas sociais que visam enfrentar as manifestações da “questão social”. Contudo, a problemática que aí se instaura é justamente o fetiche que tais políticas despertam tanto na população-usuária, como nos próprios assistentes sociais que trabalham junto de tais serviços sociais.

Assim, sublinha-se, no contexto do capital em crise, assentam-se incontáveis reificações sobre a “questão social”, como se através da mera regulação do Estado fosse possível superá-la, fugindo à regra de que a “questão social” é indissociável do capitalismo, só podendo, portanto, ser extinta com a supressão do sistema.

Sistema este que divide a sociedade em classes, na qual se vive sob a disputa de, pelo menos, dois notáveis projetos societários: um pertencente à classe dominante, denominado neoliberalismo, hegemônico, que se destina à manutenção do *status quo*; e o outro, um projeto alternativo que caminha na contramão dos valores burgueses, rumo a outro tipo de sociabilidade, livre da alienação e da arbitrariedade que uma classe impõe à outra, como é, por exemplo, o projeto profissional do Serviço Social que se pretende um projeto societário, denominado por Netto (1999) de Projeto Ético-Político¹¹.

Logo, condizente com as análises de Iamamoto (2001) e Mota (2010), é cabível assinalar que as lutas do Serviço Social, longe de serem apenas ações profissionais, são lutas sociais, uma vez que visam à emancipação do jugo do capital para toda a humanidade. O que, talvez, pode até presumir uma contradição à profissão, pois, finda a “questão social”, seria possível ou ainda necessária a existência do Serviço Social numa sociedade emancipada? Tal provocação deverá ser respondida noutra oportunidade, provavelmente por outro(s) pesquisador(es).

11 Na síntese de Teixeira e Braz (2009): por Projeto Ético-Político do Serviço Social concebe-se um projeto societário da categoria profissional do Serviço Social, que possui princípios éticos para com a sua população usuária, posicionamento político de intransigente defesa dos direitos humanos, ancorado na teoria social crítica marxiana e em disputa por uma sociedade emancipada do trabalho explorado. O Código de ética do assistente social vigente (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), a Lei que regulamenta a profissão (nº 8662/1993) e as demais resoluções e legislações sociais consubstanciam a composição jurídico-normativa do referido projeto profissional.

Percebe-se, então, que o Serviço Social é uma profissão eminentemente contraditória, visto que ao mesmo tempo em que reproduz a presente ordem, empreende estratégias para superar o capital; daí a necessidade de se compreender que o aprofundamento da democracia e a ampliação dos direitos não são bandeiras únicas, muito menos finais, da profissão. Sem demora, faz-se premente rememorar a compreensão de que a “questão social” não é passível de ser resolvida mediante nenhuma política social ou qualquer outra ação de fortalecimento da cidadania; não obstante, sua importância na história política e no cotidiano dos trabalhadores seja inquestionável.

Neste sentido, a classe dominante empreende estratégias que são substanciais armadilhas no combate à emancipação do capital, cuja materialização é sortidamente exemplificada por Mota (2010) como: o neo-solidarismo; a refilantropização; a proliferação da política de transferência de renda, que promete garantir os mínimos sociais aos extremamente pobres; os projetos de emprego e renda, em consonância com o estímulo ao empreendedorismo, que transforma o cidadão desempregado em “dono do próprio negócio”; o fomento à privatização dos serviços de educação, saúde e previdenciários; entre outras.

É preciso ratificar que no presente texto não há a menor intenção de se desconsiderar as necessidades emergenciais de vida que precisam ser respondidas através, por exemplo, das políticas compensatórias, dos projetos de qualificação profissional etc. Ao contrário. Mas é preciso sim evidenciar, face ao objeto deste trabalho, que, as escolhas econômicas e ideopolíticas postas em prática na sociedade brasileira não ocorrem aleatoriamente, mas de forma articulada pela burguesia mundial, com o único propósito de perpetuar a indébita apropriação da riqueza socialmente produzida.

Em suma, ao enfrentar a “questão social” através de políticas, programas, projetos e demais ações, o Estado o faz de forma particularizada, fragmentada, atomizada, reprimindo, amenizando e silenciando qualquer clamor um pouco mais alto que atente contra a ordem burguesa – aquilo que, de fato, o Estado classista intenciona proteger.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a temática “questão social” é, como se pode presumir, uma tarefa verdadeiramente complexa, haja vista a amplitude que tal categoria alcança e que, arriscadamente, este texto intencionou objetivá-la em poucas páginas. Ciente desse desafio, no seu decorrer, o presente trabalho tentou apontar um referencial teórico denso, crítico e de qualidade, capaz de elucidar as lacunas que, sem dúvida, ficaram ao leitor.

Para recapitular em síntese, a presente pesquisa empenhou-se em esclarecer, à luz do referencial marxista, o conceito e a materialidade da “questão social”, tanto em seus princípios essenciais como em suas multifacetadas aparições, as quais modificadas nos diferentes estágios capitalistas, pormenorizadas pela formação sócio-histórica de cada continente, nação e região do mundo e, logicamente, marcadas por variadas respostas direcionadas ao alívio de suas refrações mais ávidas. Neste contexto, entra em cena o Estado, se apresentando como instituição neutra e mediadora por excelência, que paira acima das classes, mas, que na verdade, tem poderes e função de vigiar e alienar cada vez mais a classe trabalhadora, por meio de funestas reificações da realidade concreta.

Assim sendo, o capital em crise representa a ilegibilidade da servidão e da opressão de uma classe sobre a outra, e tem no Estado o seu *capataz* maior, para garantir a ordem e o progresso, cuja ingerência ora se materializa pela coerção, forte e habitualmente policialesca; ora se manifesta na manipulação das massas para obtenção do seu consentimento por meio da negociação e/ou, ainda, através do capcioso arranjo denominado “pão e circo”.

Sob tal prisma, busca-se reificar a “questão social”, fetichizando-a, como se na forma da sociabilidade vigente fosse possível obter a resolução do conflito entre as classes, meramente através das paradoxais e rasteiras políticas sociais atinentes à contemporaneidade. O mais grave é que isto pode acabar por atribuir novos significados à “questão social”, absolutamente desprovidos de um estatuto ontológico, de uma metanarrativa, de uma processualidade histórico-política, associando o antagonismo entre as classes, muito comumente, a termos esvaziados de

sentido, como, por exemplo, à *exclusão social*¹² – expressão amorfa que quase tudo contempla, ao mesmo tempo em que nada explica, e que tragicamente vem ganhando cada vez mais espaço junto à comunidade acadêmico-científica, em detrimento da perspectiva crítica e erudita acerca das relações sociais de classe.

Em essência, não há nada mais nefasto ao Serviço Social brasileiro contemporâneo, hegemonicamente crítico, do que não compreender do que se trata a “questão social”, já que assim se corre o risco de enviesar o “fazer profissional” numa intervenção pragmática e a-crítica, em evidente incongruência ao projeto profissional, denominado de Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nessas circunstâncias, é válido também acrescentar à discussão a influência do pensamento pós-moderno¹³, que incorre sobre o Serviço Social contribuindo para a naturalização da “questão social”, o que implica fortes retrocessos à profissão, haja vista subversão de tal *práxis*. Ante o exposto, nos incita o seguinte questionamento: atualmente, diante da ascendência da epistemologia pós-moderna, o marxismo ainda é preponderante junto ao Serviço Social brasileiro?

Nesse esforço, em razão do acolhimento ao pensamento de Marx como fundamento teórico-metodológico da presente investigação acerca da “questão social”, considera-se pertinente propor algumas breves e modestas recomendações, a fim de uma conciliação cada vez mais estreita entre os profissionais do Serviço Social e seu

12 MMais uma vez indicamos o autor Robert Castel (2015), tendo em vista ser ele uma forte referência no que toca à categoria “Exclusão Social”. A obra “As metamorfoses da questão social”, de sua autoria, e a obra “Desigualdade e questão social”, organizada pelos autores Mariângela Belfiore Wanderley, Lúcia Bógus e Maria Carmelita Yazbek (2000) são emblemáticas sobre tal matéria.

13 De acordo com Netto (2013), “O que se pode designar como movimento pós-moderno constitui um campo ideoteórico muito heterogêneo e, especialmente no terreno das suas inclinações políticas, pode-se mesmo distinguir uma teorização pós-moderna de capitulação e outra de oposição. Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é-o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos). Mas, por esta mesma funcionalidade, a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do capital. Antes, ela é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediaticidade [...], o que os pós-modernos assumem como tarefa ‘criadora’ (ou [...] ‘desconstrutora’) corresponde à própria estruturação fetichista da mercadoria e do tardo-capitalismo.” (NETTO, 2013, p. 17, grifos do autor).

objeto, especialmente no que concerne as suas relações com o marxismo; não obstante seja profícuo reiterar que o Serviço Social adota uma postura de respeito ao pluralismo de correntes teóricas e metodológicas, em detrimento de quaisquer sectarismos.

Assim, sugere-se que, já no período da formação profissional na graduação, seja de praxe a leitura das obras do próprio Marx, a fim de que se apreendam categorias fundantes, como forças produtivas, relações sociais de produção, modo de produção, e outras, tendo em vista a correlação desses elementos com o entendimento crítico da “questão social”.

Concomitantemente, também nos parece sensato que o assistente social, já licenciado pelo Conselho Regional ou, mesmo, ainda em período de formação inicial, busque desvencilhar-se do marxismo vulgar fundado no mero “ativismo”, o qual privilegia em demasia a prática ou a técnica por si só, inarticulada das outras mediações, assinalando uma posição coadjuvante às dimensões teórica, metodológica, ética e política – numa alusão às dimensões componentes do que Guerra (1995) chamada de Instrumentalidade do Serviço Social – igualmente integrantes da profissão.

Em última análise, insistimos que, para o assistente social, conhecer a “questão social”, objeto elementar do Serviço Social, é, portanto, imprescindível, haja vista ser premissa que está no cerne das competências do dito profissional perito e compromissado com o Projeto Ético-Político, o qual, não se pode esquecer, aponta para o horizonte de uma nova forma de existência dos homens, nos dizeres de Marx, “o reino da liberdade”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. [10. reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do trabalho).

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CHESSAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. Brasília (DF), 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. ABESS/CEDEPSS. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

COSTA, Frederico. O pensamento ontológico de Marx e os desafios da luta de classes no século XXI. In: JIMENEZ, Susana et al. (Orgs.). **Marxismo, educação e luta de classe: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos**. Fortaleza: EdUece, 2010. p. 197-216.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo:

Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS. István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTANO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. IN: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-57.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Novos Rumos**, Marília, 2013, v. 50, n. 1, p. 1-39, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 1. Brasília (DF): CEAD; ABEPSS; CFESS, 1999.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário\agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Arioaldo de; MARQUES, Marta Inez (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 46 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Josiane. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

STEDILE, João Pedro. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 10, n. 109, p. 17, abr. 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do **Serviço Social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS; ABEPS, 2009.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.